

Pauta ideológica de Bolsonaro, 'ideologia de gênero' sofre derrotas em série no STF

Decisões recentes consolidam entendimento de que veto a tema na educação é inconstitucional

[\(Uol/Folha | 13/07/2020 | Paulo Saldaña\)](#)

Tentativas de proibir abordagens sobre identidade de gênero nas escolas acumulam derrotas em série no STF (Supremo Tribunal).

Quatro [decisões recentes](#) consolidaram o entendimento de que é inconstitucional o veto ao tema na educação.

Os posicionamentos da corte enfraquecem uma pauta do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que emergiu no cenário político ao atacar o tema e uma suposta “sexualização precoce” presente nas escolas.

Trata-se ainda do principal front de batalha de políticos e lideranças evangélicas, que gozam de influência nos rumos do governo.

Na sexta-feira (10), Bolsonaro nomeou o pastor presbiteriano Milton Ribeiro para o cargo de ministro da Educação.

Especialistas afirmam que as teses consolidadas pelo Supremo também inviabilizam as propostas relacionadas ao [Movimento Escola Sem Partido](#).

Criado para combater uma suposta doutrinação de esquerda nos colégios, esse movimento ganhou fôlego ao abraçar a chamada “[ideologia de gênero](#)”.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

Trump muda definição de gênero, e trans podem ter acesso à saúde dificultado

Norma aprovada pelo presidente americano pode conceder proteção jurídica a médicos que se negarem a atender pacientes transexuais com base em crenças pessoais

[\(O Estado de S.Paulo | 13/06/2020\)](#)

WASHINGTON - O governo dos Estados Unidos anunciou nesta sexta-feira, 12, uma norma que altera a definição de gênero para “masculino ou feminino definido pela biologia”, uma mudança que pode deixar pessoas transgênero vulneráveis a discriminação ao buscarem tratamento médico ou planos de saúde. A nova norma, anunciada pelo Departamento de Saúde, afeta os médicos, hospitais e companhias de seguros que recebem recursos federais.

Esta medida substitui outra norma que havia sido aprovada em 2016 pelo ex-presidente Barack Obama, que pela primeira vez incluiu na regulação uma definição ampla de gênero, que poderia ser “masculino, feminino, nenhum ou uma combinação de masculino e feminino”. A regulação aprovada por Obama para proibir a discriminação não chegou a entrar totalmente em vigor porque foi suspensa por um juiz do Texas em dezembro de 2016.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Por unanimidade, Supremo declara inconstitucional lei municipal de ‘ideologia de gênero’

Dez ministros acompanham relator, Alexandre de Moraes, sobre lei de Novo Gama (GO) que proibia debate sobre identidade de gênero em escolas

[\(Folha de S.Paulo, 24/04/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), em unanimidade, votaram contra uma lei municipal que vetava a discussão de gênero em escolas.

A corte declarou inconstitucional uma lei de Novo Gama (GO) sobre a chamada [“ideologia de gênero”](#).

O Supremo julgava desde sexta-feira (17), em sessão virtual, uma ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental) proposta pela PGR (Procuradoria-Geral da República), contra a lei de 2015.

A análise da legislação municipal foi concluída nesta sexta (24).

Pela lei questionada, era proibido “material com informações de ideologia de gênero” nas escolas de Novo Gama.

A expressão “ideologia de gênero” não é reconhecida no universo educacional. É usada por grupos conservadores e religiosos contrários ao debate sobre diversidade sexual e identidade de gênero.

O combate a abordagens de gênero ganhou força no Brasil com o movimento chamado [Escola Sem Partido](#) e também por iniciativas legislativas ligadas a grupos bolsonaristas.

O relator da ação no Supremo, ministro Alexandre de Moraes, concordou com o entendimento da PGR de que a lei viola de modo “formal e material”

princípios e dispositivos constitucionais.

No julgamento, 10 dos 11 ministros seguiram o relator: Ricardo Lewandowski, Celso de Mello, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Marco Aurélio, Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Edson Fachin (que acompanhou com ressalvas).

Segundo a PGR, a lei do município goiano fere, entre outros pontos, o direito à igualdade, a [laicidade do Estado](#), a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, o direito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento.

“Somente na publicação do acórdão vamos saber os detalhes da decisão dos ministros e de como será sua aplicação em outros casos de legislação antigênero existentes no país”, disse Denise Carreira, da Ação Educativa, que integra grupo de organizações e redes de sociedade civil ativas no combate a legislações inspiradas no Escola Sem Partido.

“A decisão cria uma jurisprudência qualificada e poderosa contra qualquer legislação que crie barreiras para o debate de gênero na educação”, afirmou.

Para Carreira, o posicionamento do Supremo significa “uma vitória de todos os que lutam pelo direito à educação de qualidade no país, contra o obscurantismo, a ignorância, a censura, as perseguições às profissionais de educação, contra a discriminação e a violência vivida por meninas, mulheres e população LGBT [lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros]”.

Em fevereiro, Moraes já havia suspendido por liminar (decisão temporária) a lei de Novo Gama.

A ordem foi baseada no entendimento de que não cabe aos municípios legislar sobre assuntos vinculados a diretrizes e bases da educação nacional, responsabilidade da União.

“Colocando de lado, nesse primeiro momento, a questão, por si só tormentosa e de grande relevância constitucional, a respeito da identificação das questões de gênero, importa realçar que a proibição de divulgação de conteúdos na atividade de ensino em estabelecimentos educacionais implica

ingerência explícita do Poder Legislativo municipal no currículo pedagógico ministrado por instituições de ensino vinculados ao Sistema Nacional de Educação”, escreveu Moraes na decisão provisória.

A ADPF 457 é uma das 15 ações no Supremo que tratam de conteúdos relacionados às propostas do movimento [Escola Sem Partido](#).

Três delas se referem a uma lei de Alagoas que instituiu a chamada “Escola Livre”. Também inspirada no Escola Sem Partido, a legislação está suspensa desde 2017 por liminar de Barroso.

Segundo levantamento mais recente do Movimento Educação Democrática, de agosto de 2019, há o registro de 121 projetos de leis vinculados ao Escola sem Partido nos legislativos municipais e estaduais de todo o país.⁰⁰

Foi em 2014 que os filhos políticos do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) apresentaram, no Rio de Janeiro, os primeiros projetos de lei para criar Escola Sem Partido: Flavio Bolsonaro fez a proposta na Assembleia Legislativa, e Carlos Bolsonaro, na Câmara Municipal.

Segundo estudiosos, a abordagem educacional sobre questões de gênero pode colaborar com o combate de problemas como gravidez na adolescência, violência contra mulher, machismo e homofobia.

A igualdade de gênero é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

De acordo com pesquisadores, o próprio termo “ideologia do gênero” foi gestado entre os que atacam essas discussões. Não há entre educadores, portanto, quem defenda uma ideologia.

Por Paulo Saldaña

Bolsonaro exclui “gênero” de projeto para combater violência contra mulher

O presidente Jair Bolsonaro excluiu a palavra “gênero” no decreto que estabelece a Casa da Mulher Brasileira, projeto criado pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) para combater a violência contra mulheres no país. Com o decreto publicado nesta quarta (13), o governo também tira a obrigatoriedade em oferecer manutenção e apoio técnico às casas já existentes.

[\(Universa, 13/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

No texto, Bolsonaro exclui qualquer menção à palavra “gênero”. Assim, termos como “violência de gênero” foram alterados para atendimento “às vítimas de violência sexual e outras situações de vulnerabilidade, considerado o contexto familiar e social das mulheres”. Também retirou termos como “transversalidade de gênero”, que agora é tratada como “transversalidade dos direitos das mulheres”.

O decreto foi emitido na mesma semana da inauguração da Casa da Mulher Brasileira em São Paulo, que abriu na segunda com cerca de 4 anos de atraso. A iniciativa de Dilma foi ofuscada por uma série de atrasos em obras, problemas estruturais e falta de repasses do governo federal. No primeiro semestre, a ministra Damare Alves, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, afirmou que a pasta não tinha mais dinheiro para investir no projeto.

Governo diminui responsabilidade sobre projeto

Na prática, o novo texto diminui as obrigações do governo federal e divide a implementação com outras esferas.

Com o novo texto, Bolsonaro estabelece com mais clareza que o governo federal, estaduais, municipais e entidades públicas e privadas farão o financiamento da casa. Anteriormente, o governo federal dava a possibilidade para convidar instituições privadas e prefeituras e estados investissem no atendimento e manutenção.

Apesar disso, o governo federal não é mais obrigado a repassar verbas, prestar apoio e fazer a manutenção das casas já inauguradas. Em contrapartida, as casas poderão receber investimento de emendas parlamentares.

Por fim, o texto também excluiu a própria obrigação do governo federal em investir em serviço de atendimento à mulher em áreas rurais ou de floresta, os chamados “centros de atendimento às mulheres nas regiões de fronteira seca”.

Atrasos e problemas em obras

Com atrasos em repasses e com a troca de governo, a Casa da Mulher Brasileira sofreu com desistências de construtoras que não topavam assinar novos contratos a problemas estruturais. A unidade de Brasília precisou ser embargada em 2017 após ser inaugurada com falhas no projeto. Em São Paulo, a casa foi construída em 2017, mas ficou parada por falta de verba.

Com o abandono, prefeitura e governo federal disseram não ter verba adicional para investir nos reparos. A casa foi “socorrida” por uma construtora para sair do papel e contou com a doação de uma marca de cosméticos para capacitar os funcionários que atuarão no local.

Após inauguração da casa paulistana, apenas seis casas estão em funcionamento (Campo Grande, Brasília, São Luiz, Fortaleza, Curitiba, Boa Vista e São Paulo).

Por Marcos Candido

Desgastado, Itamaraty suaviza instruções sobre gênero

Diplomatas brasileiros pelo mundo foram surpreendidos no início do ano quando começaram a receber ordens do Itamaraty para mudar de maneira radical todo o posicionamento tradicional do estado em temas como mulheres, gênero e LGBT.

[\(UOL, 31/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Agora, depois de uma forte pressão da sociedade civil, do STF e mesmo de governo estrangeiros, o Itamaraty deu os primeiros sinais de que reconhece que sua estratégia fracassou.

Em novas instruções enviadas aos diplomatas brasileiros em postos no exterior, o gabinete de Ernesto Araújo suavizou as ordens, ainda que não as tenha retirado por completo e mantenha posições de princípios. Observadores interpretaram o gesto como um sinal claro do desgaste pelo qual o chanceler submeter o Itamaraty.

Numa das instruções das últimas semanas, o governo modificou em parte a ordem de vetar de forma contundente o termo “igualdade de gênero” em todos os trechos encontrados em textos sob negociação na ONU e em instituições internacionais.

No início do ano, o governo indicou que todos os textos de resoluções, declarações ou documentos oficiais que surgissem com tal expressão deveriam ser alvo de uma ação dos diplomatas brasileiros. Em seu lugar, o Brasil deveria recomendar que a frase fosse trocada para “igualdade entre homens e mulheres”. Para o governo brasileiro, portanto, gênero seria apenas o biológico.

A instrução causou enorme desconforto em muitos dos diplomatas brasileiros

no exterior e gerou a incompreensão de governos estrangeiros.

A atitude também foi denunciada pela sociedade civil, alertando que o Itamaraty poderia estar violando até mesmo decisões do Supremo Tribunal Federal sobre a questão de gênero.

Duramente criticado, o Itamaraty enviou novas instruções aos seus diplomatas em que aponta que a troca da frase “igualdade de gênero” por “igualdade entre homens e mulheres” deve ser proposta. Mas apenas quando for possível durante uma negociação.

O governo continua preferindo evitar a questão de gênero. Mas reconhece que terá de se adaptar.

Outra instrução passada aos diplomatas se refere aos textos já aprovados no passado com o termo “igualdade de gênero” e que tiveram o voto até mesmo do estado brasileiro. Nesses casos, as missões brasileiras foram orientadas a aceitar o texto como tal, sem exigir novas mudanças.

Um levantamento realizado pelo governo mexicano apontou que mais de 200 documentos e resoluções existiam com o termo que o Brasil pretendia vetar. O temor de muitas delegações era de que o Itamaraty estivesse focado em desfazer um consenso que já dura mais de 25 anos.

Os mais céticos dentro do próprio Itamaraty são cautelosos em afirmar que Araújo possa ter desistido de adotar tal postura nos organismos internacionais. Uma das interpretações é de que, diante do forte desgaste que ele sofreu ao fazer tais propostas, o chanceler possa ter optado por ganhar tempo - e simpatia - antes de voltar a tentar fazer avançar sua agenda ultraconservadora.

Por Jamil Chade

Machismo desde cedo: meninas têm mais medo de serem julgadas do que garotos

Por falta de estímulo à liderança, elas são mais inseguras

[\(Universa, 11/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Hoje é Dia Internacional da Menina. Ao redor do mundo, a questão que se discute é: como é ser menina em 2019? Afinal, passar pela infância pertencendo a uma geração tão conectada quanto a dos tempos atuais tem suas particularidades. Na opinião de Déborah de Mari, pesquisadora nas áreas de gênero e liderança, há pontos positivos e negativos. “Existe uma abertura maior para discutir assuntos importantes, como o feminismo, em comparação com as demais gerações”, aponta.

Ao mesmo tempo, surgem novos desafios relacionados à saúde mental. “A hiperconexão aumenta o engajamento por causas, mas também ajuda na criação de padrões de imagem. Desde cedo se fala na construção de uma marca pessoal — característica muito enfatizada pelos influenciadores digitais. Esse fator aumenta a pressão pela montagem de uma persona digital. Há quem queira parecer descolada, há quem sinta a necessidade de demonstrar que está de bem com a vida desde nova. Mas nem sempre a realidade é tão bonita e fantasiosa”, diz.

Medo de julgamento

Déborah, que também é sócia-fundadora e presidente do Força Meninas, uma plataforma para estimular a liderança feminina na infância e adolescência, chama atenção para outra característica das garotas desta geração: o medo do julgamento. “Durante uma atividade que fizemos, 88% das meninas participantes responderam que não expressam sua opinião por receio do que as outras pessoas podem pensar”, explica.

O dado se cruza com o de uma pesquisa mais ampla. O estudo de Harvard

“Leaning Out - Teen Girls and Leadership Biases”, publicado em 2015, mostrou que apenas 8% das meninas preferem as mulheres ocupando cargos de lideranças políticos. 23% delas acreditam que os homens exercem melhor estas funções — e o restante não têm preferência por gênero.

Entre os motivos elencados pelo estudo para as mulheres não apoiarem umas às outras quando o assunto são posições de destaque estão: a crença de que mulheres são muito “dramáticas” para assumirem responsabilidades e, principalmente, baixa autoestima — ambos diretamente relacionados com a imagem pública das mulheres.

Uma questão de gênero

Na opinião de Déborah, a preocupação excessiva com a imagem atinge principalmente as crianças e adolescentes do sexo feminino. “Os rapazes podem enfrentar outras inseguranças, como a de não corresponder a um estereótipo esperado para o gênero, mas não sofrem tanto para expressar suas opiniões quanto elas”, garante. Isso porque socialmente, são mais estimulados para alcançar posições de sucesso.

“Já as meninas desde cedo têm suas referências limitadas. Enquanto garotos brincam com carrinhos, helicópteros e peças para simular a construção de pontes e edifícios, grande parte dos objetos direcionados às meninas tem relação com cuidados com a casa e a família”, relembra.

Estímulo à liderança

Na visão da especialista, a mudança de cenário deve ser estimulada pela escola e pelos pais. “Sempre sugiro para as famílias que observem suas meninas e vejam as causas que mais fazem seus olhos brilharem. Às vezes, uma criança se incomoda com situações de injustiça, em outras se preocupa com animais ou com o meio ambiente. Em todas elas, vale a pena estimular que se engaje mais com a causa, reflita sobre ela e proponha soluções”, ressalta.

Estimulando o papel de liderança feminino, o Força Meninas promove em parceria com o Banco Original o prêmio “Mude o Mundo Como uma Menina”,

que vai homenagear pela primeira vez cinco jovens nas categorias: Pioneira, Líder, Visionária, Criativa e Determinada. O prêmio será anunciado durante a terceira edição do evento “Mude o Mundo Como uma Menina”, que acontece hoje no Unibes Cultural (Rua Oscar Freire, 2500), em São Paulo (SP). Lá, 200 meninas participam de palestras e oficinas imersivas associadas às temáticas das premiações.

Por Ana Bardella

Violência política de gênero é tema do Festival#Agora - São Paulo/SP, 21 e 22/09/2019

Antonia Pellegrino, idealizadora do Festival#Agora, aponta proliferação, no Brasil e no mundo, de casos de violência política de gênero, estratégia que visa desestimular a candidatura feminina a cargos públicos e cercear o exercício dos mandatos das já eleitas. Tema será debatido em evento em São Paulo, nos dias 21 e 22 de setembro, com entrada gratuita. Mais informações sobre o festival [aqui](#).

[\(Folha de S.Paulo, 14/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O feminismo é a ideia revolucionária de que mulher não é lixo. Uma das reivindicações centrais da primeira onda feminista, que se alastrou pelo mundo a partir do século 19, foi o direito ao voto. Historicamente excluídas da República, mulheres, crianças e pessoas escravizadas não tinham cidadania —o que dirá direitos políticos.

Foram as primeiras feministas que começaram a virar a mesa do poder. Como resultado de mais de um século de lutas, mulheres de todo o mundo, paulatinamente, puderam votar. No Brasil, a conquista do voto facultativo

data de 1932. E sua obrigatoriedade é universalizada na Constituição de 1946.

Oitenta e sete anos depois, chegamos aos dias de hoje. Olhando as fotografias dos espaços de poder, vemos o tamanho de nossa ausência.

As mulheres são 52% da população brasileira. Atuam em partidos políticos, sindicatos, organizações, movimentos e coletivos. Por que, então, não estão devidamente representadas nos núcleos de poder político?

Há quem ache, como o presidente do PSL, Luciano Bivar, que “mulher prefere ver o Jornal Nacional e criticar do que entrar na vida partidária”. [Política “não é muito da mulher”](#), declarou à **Folha**.

Há quem pense, como a [socióloga Flávia Biroli](#), que “há diferença entre lidar com as formas de silenciamento que constituem o ambiente político e definem suas fronteiras e presumir algum tipo de silêncio, como se as vozes contestatórias não fizessem parte do espaço público”.

Das formas de silenciamento, a violência política de gênero é a estratégia mais bem acabada. Tão sutil que o leitor talvez nem conheça o termo, embora a sua prática esteja presente em todos os espaços de poder deste país. E seja uma tendência.

Em 2016, editei um especial de sete textos sobre o tema, para o [blog #AgoraÉQueSãoElas](#), hospedado na **Folha**. Entre as autoras, Marina Silva (Rede), Manuela d’Ávila (PC do B) e Patrícia Bezerra (PSDB) —a violência política não é marcada pela ideologia, mas pelo gênero.

Em um dos textos, a então senadora [Vanessa Grazziotin](#) (PC do B-AM) conseguiu explicar a violência política de gênero em pouco mais que um tuíte: “O papel deste tipo de violência é impedir as mulheres de se candidatarem, interferir no exercício de seus mandatos e, por fim, desestimular, desanimar, encurtar, abreviar a carreira política feminina. Ou seja, é uma violência exercida antes, no início, durante e no fim de um mandato, a influir no ingresso na política, na permanência e na saída/desistência da mesma”.

Tipificada legalmente em outros países, como Bolívia, México e Peru, este tipo de violência está em escalada no Brasil desde o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), quando houve clara banalização da violência política de gênero, fruto da discordância e dos discursos de ódio.

Quem não se lembra daquele adesivo de carro, onde Dilma aparece de pernas abertas para a mangueira de abastecimento do posto ser introduzida?

O tema ganhou destaque maior a partir de 2018, quando o acesso ao fundo partidário e a garantia de tempo de TV para candidatas foram aprovados pelo Superior Tribunal Eleitoral. Foi também nesse ano que a distribuição dos fundos eleitorais e a propaganda gratuita no rádio e na TV passaram a obedecer à proporção de candidatos homens e mulheres. O resultado? A ampliação da bancada feminina em 50% no Congresso Nacional.

No entanto, 2018 também foi o ano do assassinato de Marielle Franco. Embora ainda não saibamos quem mandou matá-la nem os motivos, podemos afirmar que ela também foi vítima de violência política de gênero.

No primeiro dia de campanha no ano passado, Talíria Petrone (PSOL), hoje deputada federal, singrava as águas da baía da Guanabara, rumo à panfletagem no Rio de Janeiro, quando foi hostilizada por um policial militar. O sujeito sacou a arma na barca lotada e, ao ser alertado de que poderia matar alguém, afirmou que “ideologia também mata”. A violência exercida para coibir mulheres de fazer campanha é violência política de gênero.

“Deputada relata ameaças de morte por ministro após denunciar laranjal do PSL”, [informou reportagem da Folha](#) em 13 de abril deste ano. Eleita com 48 mil votos, Alê Silva foi a primeira congressista a revelar às autoridades a existência do esquema de laranjas do PSL de Minas, comandado nas eleições de seu estado, pelo atual ministro de Jair Bolsonaro, Marcelo Álvaro Antônio (Turismo).

Interferir no exercício do mandato para constranger, punir, desestimular —com o objetivo de encurtar ou abreviar a carreira política de uma mulher— é violência política de gênero.

São inúmeros os exemplos, e você conhece muitas dessas histórias. Embora tenham formas distintas, todas têm a mesma raiz, o mesmo objetivo: limitar a democracia.

O [Instituto Alziras trabalha](#) para aumentar a representação feminina na política por meio do fortalecimento de mandatos e candidaturas de mulheres. Em 2018, ao buscar responder à pergunta

“Quem são as prefeitas do Brasil?”, descobriu que a falta de recursos para campanhas é a maior dificuldade das candidatas que almejam administrar uma cidade. O assédio e a violência simbólica no espaço político são outros poderosos entraves.

A violência política de gênero é a resposta do establishment às mulheres que pretendem alargar o sentido da experiência democrática ao ocupar cadeiras que historicamente pertencem aos homens brancos e proprietários. E a resposta será ainda mais enfática se estas mulheres forem feministas antirracistas.

A nova política são as mulheres e todas as minorias históricas que, por representarem agendas e expectativas antes excluídas do debate, tendem a provocar mudanças, e não apenas serem “caras novas”. Inibir o florescimento da nova política é a função da violência política de gênero. Razão pela qual ela tende a crescer, no Brasil e no mundo.

A relação de Trump com “o esquadrão” é um caso exemplar. Embora tenha sido um dos artífices da campanha difamatória sobre a nacionalidade do ex-presidente Obama, Trump nunca pediu: “send him back”. Não hesitou, porém, nem [em mandar “o esquadrão” voltar aos lugares de origem](#), nem em silenciar diante do coro “send her back” que seus seguidores entoaram em comício recente para a deputada Ilhan Omar (Minnesota), nascida na Somália, naturalizada norte-americana.

Omar, Alexandria Ocasio-Cortez (Nova York), Rashida Tlaib (Michigan) e Ayanna Pressley (Massachusetts) são mulheres de minorias raciais e religiosas. Ficaram conhecidas como “o esquadrão” por colocarem suas novas vozes contra o governo, o que permitiu aos democratas retomar o

controle da Câmara após as eleições do ano passado.

Não à toa, Trump apontou sua máquina de mover ódio na direção delas, a ala mais à esquerda do partido e, para alguns, também seu futuro. “O esquadrão” é um acúmulo de campos discursivos em ação: são mulheres, negras, uma latina, outra imigrante, outra muçulmana. Seus corpos e vozes são a contestação do status quo por excelência. Ameaçam aquilo que o conservadorismo supremacista branco tem medo de perder: o poder. E, para Trump, devem ser tratadas como mulheres perigosas.

A munição de Trump contra “o esquadrão” são sucessivos atos de violência política de gênero, que reverberam e estimulam a misoginia e o ódio às minorias entre seus eleitores. O objetivo é denegrir tanto a imagem do “esquadrão” a ponto de inviabilizar qualquer oponente democrata nas eleições presidenciais de 2020. É a violência política de gênero como tática de guerra.

Não é aceitável que esse seja o custo da participação feminina na política. Toda mulher tem direito a uma vida livre de violência, seja na esfera pública ou privada. A violência política de gênero “tem a dupla finalidade de constranger/punir a mulher por ocupar um espaço masculino e a de restringir sua participação e sua possibilidade de tomada de decisões que afetem a sociedade em geral”, diz o estudo das Alziras.

Para 74% dos brasileiros, [só há democracia de fato](#) com a presença de mais mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão, segundo pesquisa do Instituto Patrícia Galvão/Ibope. Oito em cada dez brasileiras creem que [metade das cadeiras legislativas](#) deveriam ser destinada às mulheres.

No entanto, de acordo com a renomada organização internacional Inter-Parliamentary Union, nosso país ocupa, em 2019, a posição 133^o no ranking Mulheres no Parlamento. Vale notar que países no topo da pirâmide do sexismo, como a Arábia Saudita, apresentam um desempenho melhor na leita.

Cabe à imprensa e aos feminismos desnaturalizar episódios de violência política de gênero, para que, como sociedade, possamos enfrentar a tragédia

da sub-representatividade. E às mulheres cabe traçar estratégias para superar esta forma vil de depreciar ou anular nosso pleno exercício político.

Este é o convite que o Festival#Agora, realizado pela plataforma #AgoraÉQueSãoElas, no CCSP, em São Paulo, em 21 e 22 de setembro, faz a toda a sociedade. Que possamos, ao longo das oito mesas de debate, entender os diferentes aspectos da violência política de gênero e como ela impacta não só a vida das mulheres que participam da política mas também a democracia brasileira. Venha, a entrada é gratuita.

Por Antonia Pellegrino

‘Feminicídio é um fenômeno sociológico, e o Estado precisa mudar a cultura dos homens’

A advogada afro-americana Patricia Sellers é especialista em gênero no Tribunal Penal Internacional, onde ajudou a julgar casos históricos de estupro

[\(O Globo, 11/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A advogada criminal internacional, assessora especial para **gênero** no Tribunal Penal Internacional (TPI) e professora da Universidade de Oxford, Patricia Sellers, viveu no Brasil na época da redemocratização e sentiu “os ventos da democracia”. Na Europa, atuou em casos importantes no TPI, trabalhando pelo reconhecimento do **estupro** como crime contra a **Humanidade** e crime de genocídio.

Nesta semana, voltou ao Rio de Janeiro para participar do colóquio “Legislação antirracista: ensino e pesquisa”, direcionado a estudantes de

Direito e que terminou nesta terça-feira, e conversou com O GLOBO sobre racismo, feminismo, estupro e democracia.

Você passou três anos no Brasil. Como foi a experiência?

Foi muito interessante porque pude comparar e ver similaridades entre o Brasil e a América. As principais semelhanças entre norte-americanos, latino-americanos e caribenhos é que essas terras eram habitadas pelos povos indígenas, com civilizações e cidades como Cuzco e Machu Picchu. A comida reflete isso. Já a influência africana na nossa cultura gerou a música soul, o samba e o jazz. O que também temos em comum foi não ter dado poder econômico e político para esses indígenas, ter tido trabalho escravo dos negros, e descendentes deles, que viveram formas legais de apartheid e formas sociais de discriminação que persistem até hoje.

Como é esse apartheid social?

Nos EUA, antes de 1967, o casamento interracial era ilegal, as pessoas não podiam viver em certas áreas nem ser admitidas em certas escolas, isso é uma discriminação legal. Mas depois ficou a discriminação social. Tem uma expressão interessante aqui no Brasil que é “o lugar do negro”, certos lugares em que você não espera ver negros. Pode não ser ilegal nos livros, mas há uma discriminação social. Quando a escravidão foi abolida, as descendentes nas áreas urbanas viraram empregadas em casas de famílias ricas, e aqui no Brasil eu vejo isso. Eu sou da segunda geração de universitárias, minha mãe era professora. Nos EUA, as negras podiam ser professoras ou enfermeiras, eram as profissões aceitas, não médicas, advogadas. Quando vivi aqui, via as descendentes passeando com os cachorros dos patrões às 7h e os trabalhadores da praia majoritariamente negros.

A senhora frequentou uma universidade de Direito que seria “historicamente negra”. No Brasil não temos isso. Temos uma política de cotas raciais. Como a senhora avalia o acesso à educação?

Nós também temos cotas nas universidades tradicionalmente brancas, para negros, latinos, já tivemos para judeus. A maioria das universidades é branca,

mas algumas são historicamente negras, como Howard, Lincoln, Bennett College. Aqui vocês ainda discutem o sistema de ações afirmativas. Nos EUA tinha a combinação das duas coisas. Se eu acho que funcionam? No geral, sim. Se eu acho que tem problemas? Sim. Nos EUA, as ações afirmativas sempre foram atacadas. Se uma pessoa negra tira o lugar de uma branca, dizem que não é justo. Bom, não perguntaram se era justo eu dar 300 anos de trabalho não remunerado. Não estou tirando o lugar de alguém, estou ganhando um retorno muito pequeno após gerações que não ganharam nada. Um monte de gente vai às universidades, e não são necessariamente os melhores, mas porque os pais frequentaram, ou avós, então esse legado é como um ponto extra. É um tipo de ação afirmativa, mas ninguém nunca viu isso como uma vantagem a ser questionada, que a outra pessoa devia ter o mesmo direito.

Como a senhora vê a questão do feminismo negro? É possível haver um movimento que contemple todas as mulheres?

Algumas mulheres tentam fazer como se o movimento feminista fosse completamente universal, e não é. As mulheres brancas pensam que falam pelas mulheres de forma geral, mas sabemos que não é verdade. Como o feminismo afeta uma mulher que trabalha num estado pobre e rural? É preciso ver a situação econômica, geográfica, racial, e ter certeza que esse feminismo incorpora a minha experiência, mesmo que falemos de discriminação contra as mulheres como um todo. Acho que incorporar experiências políticas e emocionais variadas enriquecem o feminismo. Um feminismo interseccional porque a sociedade tem intersecções.

Dou um exemplo: em muitos lugares do mundo, nos anos 1970 e 1980, havia um movimento grande sobre violência doméstica. Na mesma época, as mulheres negras, não importa se do Brasil, dos EUA ou de uma casta na Índia, eram estupradas, abusadas ou apanhavam da polícia. Mas isso não entrava como uma questão essencial de violência contra a mulher — hoje é mais. Então, a questão que se colocava era: como essa violência tão constante contra as mulheres negras pode não ser uma coisa fundamental, não que a violência doméstica não seja importante, mas como falamos da violência na esfera privada enquanto ela acontece na esfera pública,

institucional? Isso nunca foi um assunto principal.

Como chegou ao Tribunal Penal Internacional para a antiga Iugoslávia?

Quando fui à Bélgica com meu marido soube do Tribunal Internacional para Iugoslávia e fiquei animada em poder voltar ao direito criminal. Os promotores acabaram me chamando e pediram que eu me juntasse a eles como defensora pública, já tinha experiência com questões femininas por causa do Brasil. Foi assim que entrei na área criminal internacional e me pediram particularmente para trabalhar com a parte de violência sexual. A estimativa é de que tenham ocorrido mais de 20 mil estupros na guerra da Iugoslávia. Na época, a rede CNN mostrava fotos da guerra, o movimento feminista era muito mais global e questionava as Nações Unidas sobre os direitos femininos, olhando para a situação das mulheres nos países em guerra. Trabalhei desenvolvendo estratégias legais para trazer esses casos, como Kunarac (a primeira vez em que estupro foi tratado como um crime contra a humanidade), à corte.

Depois veio Ruanda.

Sim, oito meses depois, Ruanda teve o genocídio e o mesmo promotor assumiu e eu me tornei conselheira de gênero para Ruanda. Trabalhei no caso Akayesu, relacionando violência sexual com genocídio (esse foi o primeiro caso em que o estupro foi considerado uma forma de genocídio). Assim eu comecei nessa área do Direito e trabalho com isso há 30 anos, fazendo consultorias, dando aulas e aconselhando cortes criminais.

Esses casos foram marcantes no entendimento do estupro como algo criminoso numa guerra. Como ocorreu essa transformação?

O que eu gostaria de dizer primeiro é que o estupro é um crime de guerra há centenas de anos. No começo do século XIX, começaram a falar de honrar a família, que era uma referência à violência sexual. Então é falso dizer, adoraria receber o crédito, que o estupro virou crime de guerra nas cortes de 1990. Nos textos do Julgamento de Tóquio (1946-1948), você tem que parar, fechar o livro e respirar, porque é cheio de estupros, é estupro demais,

centenas e centenas. Nos Julgamentos de Nuremberg (1945-1946) não tinha a palavra estupro, usavam vários eufemismos. Se entende o que o julgamento diz, há muitas evidências de estupro, mas havia um entendimento de que os crimes de guerra são terríveis então como lidar com cada um, como estabelecer categorias. Então pelas bases legais incluíram violência sexual e estupro numa categoria de Tratamento Desumano, que englobava estupros, forçar prostituição, abusos de prisioneiras etc.

Em 1994, no Tribunal da Iugoslávia, tínhamos que procurar uma nova abordagem. “O que você quer? Acontece na guerra.” Sim, acontece na guerra e é crime. Se você olhar nos Protocolos da Convenção de Genebra de 1977 falam explicitamente de estupro. Mas, nas Convenções de 1949 (tratados internacionais que contêm as normas mais relevantes que limitam as barbáries da guerra) não havia isso explícito. Então eu tive que criar a estratégia legal para lidar com violência sexual.

Como julgar um crime sem que exista uma palavra para defini-lo?

Tem que entender o que as palavras diziam em cada época. Em 1919, depois da Primeira Guerra Mundial, os vitoriosos resolveram que iriam julgar crimes de guerra. Fizeram uma lista de 32 crimes. Sabe qual era o quarto na lista? Estupro. Ninguém precisava dizer, mas todos sabiam que aquele ato era crime. Em 1949 as Convenções de Genebra não usam a palavra, mas você lê nas entrelinhas, o tratamento desumano a mulheres. Em 1929, os alemães, que haviam perdido a guerra, propuseram acrescentar uma frase nas convenções: “mulheres que sejam prisioneiras de guerra devem receber toda consideração pelo seu gênero”. Uma sentença interessante. O que quer dizer? “Parem de estuprar as prisioneiras.” Em 1945, em todas as Convenções, aparecia essa frase. Agora, depois de tantas Convenções, temos estupro, forçar prostituição, abuso sexual etc. De qualquer forma tudo é proibido.

Em 1994, eu decidi depois de fazer toda essa pesquisa que aquela conduta poderia ser julgada. A estratégia legal na Iugoslávia era investigar violência sexual, julgar e categorizar. Em Kunarac, e é famoso por isso, categorizei como violência sexual e escravidão. Ou seja, escravidão não é só trabalhar na plantação, mas tendo bebês para seus ‘donos’, se tornando escrava sexual ou

ama de leite. Em Kunarac, essas mulheres da Iugoslávia de 13 a 35 anos foram mantidas num pequeno grupo que eram mantidas presas e eram levadas com esses homens que tinham acesso a elas para sexo.

No caso Akayesu, em Ruanda, muitas mulheres eram estupradas e logo depois mortas, outras não. O genocídio em Ruanda era composto basicamente por dois atos: matar e estuprar. Para haver o crime de genocídio você não precisa morrer, o primeiro ato num genocídio é matar, o segundo é criar forte dor a um membro do outro grupo, e essa definição pode servir para tortura. E violência sexual é tortura. Essa foi a estratégia.

O estupro na guerra vai além do aspecto sexual, podendo ser uma forma de punição, de poder, de fazer filhos. Dá para estabelecer esses limites?

Depende das circunstâncias. Na Iugoslávia havia rumores de campos de estupro para mulheres para ter bebês. Não achamos evidências disso, havia mulheres que eram estupradas e acabavam grávidas, mas não necessariamente elas eram mantidas escravas para ter filhos. No Camboja casais eram obrigados a ter relações porque eles queriam bebês, aí você vê a violência sexual contra a mulher e homem para produzir filhos para o grupo. Em Uganda, a milícia força meninas a viajar com ela para serem escravas sexuais e às vezes os bebês viravam parte da milícia. Há muitas razões diferentes, mas isso não necessariamente muda o fato de que eles decidiram cometer o ato e cometeram um crime de guerra.

A senhora vê essas situações se repetirem hoje?

Sim, isso ainda acontece hoje. O que me vem primeiro à cabeça é o Estado Islâmico e as mulheres yazidis, que são escravas sexuais. Elas são levadas ainda crianças e ficam com um combatente e quando ele morre ela ganha outro “marido” combatente.

Aqui no Brasil as mortes de mulheres pelos parceiros passaram a ser chamadas de feminicídio. Dar um nome específico à morte de mulheres ajuda no combate?

A América Latina está criando esse crime em que as mortes são classificadas

como crimes de gênero. Agora na França, oito mulheres foram mortas assim neste ano, no Reino Unido já tivemos casos. A América Latina entendeu e, a Europa agora, que não é só mais uma morte individual. São mortes articuladas que fazem parte de um movimento. Isso coloca esses crimes num contexto social. É um fenômeno sociológico. Bom, tem uma lei, vamos investigar. Mas não é só uma questão de lei. O Estado tem a obrigação de mudar a cultura dos homens, as instituições têm que fazer essa mentalidade mudar para que esses crimes parem.

Como está sendo voltar ao Brasil no momento em que várias organizações reclamam das posições do governo sobre direitos humanos?

O que eu gostaria de dizer é que há muitas décadas o Brasil estava muito excitado sobre a volta da democracia, havia uma animação no ar, os ventos da democracia. Eu venho da Filadélfia, uma cidade de contradições que teve a declaração de Independência. E esse texto fala em “nós”. Mas quem era esse “nós”? Não queria dizer índios, escravos, mulheres... Precisamos sempre fortalecer a ideia do “nós”. Hoje contemplamos pessoas com deficiência, transgêneros. Há momentos em que o entendimento da democracia passa pela definição de que é o “nós”. E quem queremos ser?

Por Constança Tatsch

Curso oferece aulas sobre gênero e diversidade no Judiciário

Com o objetivo de promover a formação de pessoal do Poder Judiciário para melhor administração dos desafios e barreiras da inclusão da diversidade, o Centro de Aperfeiçoamento de Servidores (Ceajud) do Conselho Nacional de

Justiça (CNJ) oferece o curso “Comunicação Social, Judiciário Gênero e Diversidade”. As aulas serão realizadas a distância e são destinadas para servidores de todos os setores de comunicação do Poder Judiciário.

[\(CNJ, 09/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Segundo a juíza auxiliar da Presidência do CNJ Flávia Pessoa, o curso relaciona o papel do Judiciário brasileiro com a Agenda 2030 e elucida a [Resolução CNJ nº 255/2018](#), que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.

Para a efetivação da norma, foi criado grupo de trabalho, presidido pela conselheira Iracema do Vale, com o objetivo de promover a elaboração de estudos, análise de cenários, eventos de capacitação e diálogo com os Tribunais sobre o cumprimento da aludida normativa do conselho.

“Ao conscientizar sobre a importância da prática da igualdade e seus reflexos para a qualidade do ambiente de trabalho, o curso promoverá uma melhor capacitação dos profissionais que atuam nas assessorias de comunicação dos Tribunais de todo o país”, destaca a presidente do grupo de trabalho, conselheira Iracema do Vale.

Os conteúdos foram elaborados pela especialista em direito constitucional e juíza Noemia Porto. Serão três módulos: na primeira unidade as aulas serão voltadas para os Direitos humanos, das mulheres e a Agenda da ONU. A segunda irá abordar a relação entre a cultura da comunicação e igualdade, e os temas gênero, diversidade e sexualidade. A última unidade terá como enfoque o uso da linguagem inclusiva na comunicação. Haverá também videoaula com a Conselheira Maria Tereza Uille Gomes, integrante do Grupo de Trabalho.

A carga horária é de 15 horas. As inscrições podem ser feitas [aqui](#). Servidores e funcionários terceirizados que integram secretarias e serviços de comunicação de órgão do Poder Judiciário também podem participar.

Por Agência CNJ de Notícias

Policiais de SP têm “aula de gênero” para atender mulheres: “Eles refletem”

Em meio ao aumento de homicídios de mulheres na Grande São Paulo no último ano e à crescente demanda das vítimas por serviços de proteção na região, policiais civis do estado passaram a receber formação acadêmica em direitos humanos com foco no atendimento à mulher em situação de violência, em especial a doméstica e familiar.

[\(Universa, 16/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Os números são mesmo alarmantes: a quantidade de feminicídios em São Paulo subiu 26,6% no ano passado, segundo a Secretaria de Segurança Pública. As ocorrências registradas em Delegacias da Mulher paulistas aumentaram de 43.288 para 46.222, na comparação do primeiro trimestre de 2018 para o mesmo período de 2019. Isso representa um aumento de quase mil registros por mês, de acordo com dados da SSP obtidos via lei de acesso à informação pela reportagem. Fora a quantidade de subnotificação — muita gente não denuncia os agressores por medo.

Diante desse cenário, ao assumir a diretoria da Academia de Polícia Civil do estado (Acadepol) no ano passado, o ex-delegado geral Julio Guebert decidiu ampliar o debate sobre a violência de gênero em cursos e atividades de formação da instituição. Afinal, para receber e orientar tantas denúncias, os policiais precisam estar preparados para lidar com um tipo muito específico de violência.

As ações, iniciadas há seis meses e voltadas principalmente a policiais em início de carreira e delegados, incluem disciplinas obrigatórias de direitos humanos e atendimento a vítimas de violência doméstica, encontro de delegacias especializadas (DDMs), oficinas com simulações de casos e um

grupo de estudo sobre feminicídio.

“Temos falado da importância do atendimento público em questões relativas a gênero e, uma vez que é um problema cultural, nossa ideia é criar uma cultura institucional dentro da corporação que priorize o enfrentamento à violência doméstica”, diz Guebert.

Até o momento, segundo a Acadepol, 4830 agentes já passaram pelas recentes iniciativas da instituição, que incluem a formação de novos policiais pela disciplina “Atendimento às vítimas de violência doméstica e crimes contra a dignidade sexual”, e atividades de especialização para delegados e profissionais que já exercem atividade policial, como as aulas de “Feminicídio e a investigação sob a perspectiva de gênero”.

Sobre a receptividade às aulas que envolvem a temática de gênero e direitos humanos, a delegada e coordenadora do Grupo sobre Feminicídio da Academia, Juliana Mota, destaca duas situações: “Alguns começam a refletir sobre suas próprias práticas policiais e entender como a desigualdade de gênero também se reflete nelas. Por outro lado, temos alunos um pouco relutantes em relação não só a temática do gênero, mas à temática da sexualidade, o que acaba sendo um reflexo da sociedade em que vivemos.”

Cenário crítico

Apesar do estado paulista possuir hoje mais de um terço das Delegacias da Mulher do país e ter aderido a partir de 2017 a um “Protocolo Único de Atendimento” para crimes que se enquadram na Lei Maria da Penha, suas delegacias seguem enfrentando dificuldades no enfrentamento à violência contra a mulher, que incluem a falta de investimento público em redes integradas de apoio às vítimas e o baixo orçamento da Polícia Civil.

Ainda que o governador João Dória tenha anunciado a ampliação de Delegacias da Mulher 24 horas até o fim do seu mandato, faltam hoje mais de 700 delegados e quase 14 mil profissionais atuantes na Polícia Civil de São Paulo, o que representa o seu menor efetivo em 20 anos, de acordo com o Sindicato de Delegados de Polícia estadual.

Segundo Mota, os desafios específicos enfrentados por policiais que atuam

em Delegacias da Mulher vêm moldando os recentes debates ampliados dentro da Academia.

“A gente tem dado um olhar mais apurado para questões relacionadas às DDM’s, justamente porque sabemos das dificuldades específicas que enfrentam. Elas não exigem só um trabalho policial, mas envolvem questões extrapoliciais e extrajurídicas, por isso, estamos tratando de questões multidisciplinares, capacitando delegados a irem atrás de redes de apoio e fazendo com que eles entendam os ciclos de violência que essas mulheres passam, o que não é fácil”, ressalta a delegada.

Manuela Rached Pereira